**A AGROINDÚSTRIA DO CAJU NO NORDESTE DO BRASIL:
ESTRATÉGIA COMPETITIVA EM RELAÇÃO
AO MERCADO INTERNACIONAL**

Manuel Bosco de Almeida

PhD em Economia pela Universidade de Rice (EUA) e Professor do Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisco de Assis Soares

Mestre em Economia pela UFC e Professor do Curso de Mestrado em Economia(CAEN) da UFC

Resumo: A agroindústria do caju desenvolveu-se na região do Nordeste brasileiro, particularmente no Estado do Ceará, a partir do sistema de incentivos fiscais para a Região. Esta indústria tem uma característica especial, pois, sendo essencialmente voltada para o mercado externo desde a sua implantação, teve que enfrentar a competição internacional. Recentemente, esta agroindústria tem sentido a necessidade de modificar suas estratégias de competição diante das novas condições do mercado internacional. Este artigo faz uma análise dos principais aspectos que identificam a natureza concorrencial da agroindústria do caju, em nível mundial, e procura estabelecer uma macroestratégia competitiva que permita às empresas localizadas no Nordeste do Brasil se sustentarem no mercado internacional, através da melhoria da produtividade e redução do grau de ociosidade da capacidade instalada o qual está bastante elevado. O cerne da estratégia proposta, conclui-se, centra-se na entrada das empresas do Nordeste brasileiro no mercado internacional de castanha de caju in natura, como importadoras, alterando, dessa forma, a posição monopsonista da Índia, nosso principal competidor.

Palavras-chave: *Caju; Castanha de Caju; Mercado Internacional; Competitividade Industrial; Ceará; Brasil-Região Nordeste.*

1 INTRODUÇÃO

A indústria de beneficiamento de caju tem-se caracterizado pela sua orientação quase que exclusiva para atender ao mercado externo. Isto tem colocado o Ceará em posição de destaque no cenário nacional como principal porto exportador de Amêndoa de Castanha de Caju (ACC), bem como por ter o principal parque industrial do País para industrialização da castanha e ser o maior produtor agrícola deste produto primário.

Como a ACC é exportada para países de renda *per capita* elevada, cuja demanda por importações de ACC tem sido relativamente estável ou, na média dos últimos anos, ligeiramente ascendente, este produto constitui uma boa fonte de divisas para a economia cearense. Além da ACC, a agroindústria do caju produz o Líquido da Castanha de Caju (LCC), suco, doces, refrigerante, etc., apesar de eles terem menor peso na formação da renda do setor.

A agroindústria do caju desenvolveu-se, como de resto a indústria do Ceará e do Nordeste brasileiro, acoplada ao sistema de incentivos fiscais para a Região. A particularidade da indústria do caju é que ela teve que crescer num ambiente de competição em nível internacional, sujeita, portanto, às forças da demanda e da oferta no mercado externo. Neste sentido, para que essa agroindústria não perca sua importância relativa na economia do Nordeste e do Estado do Ceará, precisa entender as condições do comércio internacional e agir a partir delas.

Na verdade, as exportações de ACC são dirigidas, predominantemente, para o mercado dos Estados Unidos, o que aparentemente potencializa a vulnerabilidade das exportações. Apesar disso, tem-se verificado, ao longo dos anos, que o mercado tem sido sempre comprador e que o gargalo - se existente - está do lado da oferta. No entanto, a demanda tem determinado a formação de preço no mercado. Isto porque a maior parcela das exportações mundiais é absorvida pelo mercado dos Estados Unidos, que pratica uma política de estoques reguladores capaz de permitir o controle da demanda e, portanto, de sustentar ou diminuir os preços. Do lado da oferta, dois fatores podem afetar o preço: qualidade do produto e capacidade instalada existente nos países produtores de castanha de caju e exportadores de ACC.

Dentro desse contexto é que se deve analisar a importância da agroindústria do caju no Ceará e Nordeste, tendo em vista não só compreender o

comportamento recente como enxergar a trajetória que pode se descortinar nos próximos anos. Este fato é crucial diante das novas condições da macroeconomia nacional e internacional, fortemente afetada por modificações nos sistemas de comércio entre blocos econômicos onde haverá maior densidade de fluxo de mercadorias pela maior abertura das economias dos países.

Este estudo é composto de três seções. A primeira é dedicada à análise da agroindústria do caju no Nordeste do Brasil, evidenciando os aspectos relativos à produção e produtividade dos cajuais, potencial de produção e as possibilidades de expansão. Discute-se, também, o papel do Ceará dentro da Região Nordeste como principal produtor e beneficiador da castanha de caju, destacando a sua capacidade instalada. A segunda seção apresenta uma discussão sobre o mercado mundial de castanha de caju e da ACC, destacando os principais países exportadores e importadores de tais produtos. Nessa seção fica clara a preponderância dos Estados Unidos como o maior demandante mundial de ACC. Faz-se também uma avaliação global do setor, buscando mostrar a distribuição mundial da produção da Castanha de Caju *in natura* bem como o nível de capacidade instalada nos países, para beneficiamento e produção da Amêndoa de Castanha de Caju (ACC). A terceira e última seção procura colocar as principais estratégias a serem seguidas pelo Brasil (leia-se Ceará) para enfrentar competitivamente o mercado internacional tanto de matéria-prima (Castanha de Caju *in natura*) quanto do seu principal produto final, a ACC. Este mercado é influenciado basicamente pela Índia, país que atua como um monopólio na importação de matéria-prima e concorre essencialmente com o Brasil no mercado de exportações de ACC.

2 AGROINDÚSTRIA DO CAJU NO NORDESTE DO BRASIL

2.1 PRODUÇÃO NACIONAL

Apesar do cajueiro, principalmente em sua forma nativa, estar presente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, é no Nordeste, e em particular no estado do Ceará, que se concentra a sua produção. Se, em média, a Região Nordeste, em 1992, representava cerca de 100% da área cultivada e produção destinada à industrialização, o Ceará, naquele mesmo ano, respondia com 46,5% e 41,2% da área cultivada e produção regional.

Como podemos observar na TABELA 1, no período 1960-1994 houve um expressivo aumento tanto da área cultivada como da produção de caju no

Nordeste, principalmente no Ceará. No Nordeste, a área cultivada variou de 48,7 mil ha em 1960 para 688,7 mil ha em 1994. Para o Ceará, os números correspondentes foram de 29,1 mil e 327,0 mil ha, respectivamente.

O aumento da área cultivada, por outro lado, se acentua a partir dos anos 70, como um reflexo da difusão do cajueiro como plantio organizado e da industrialização de seu pseudofruto e da castanha, constatando-se, portanto, um paralelismo entre o crescimento da área cultivada e a expansão da capacidade industrial de beneficiamento da castanha de caju.

A partir dos meados da década dos oitenta, observa-se novo salto na área cultivada e na produção da castanha de caju. A área cultivada sobe de 371,5 mil ha em 1985 para 573,8 mil ha em 1990, no caso do Nordeste, e de 216,8 para 267,1 mil ha para o Ceará. No entanto, se para o Nordeste a variação na área cultivada no período 1985-1990 foi de 54%, no Ceará esta variação foi de 23,23%, portanto abaixo da variação observada no Nordeste, indicando uma tendência de perda da posição relativa do Ceará. Esta tendência, ao que parece, começa a ser revertida ao longo do período 1990-1994, em que a variação na área cultivada observada foi de 20,02% e 22,40% para o Nordeste e Ceará, respectivamente.

A produção da castanha de caju também apresentou um expressivo aumento ao longo do período analisado. Assim, para o Nordeste, observa-se um aumento de produção de 20,9 mil t em 1960 para 196,747 mil t em 1994, ou seja, uma variação de 841,37%. No caso do Ceará, a produção variou de 10,0 para 81,6 mil t, o que corresponde a uma variação de 716,00% no período 1960-1994. Nos sub-períodos 1980-1985 e 1985-1990, estas variações foram de 72,60% e de -6,0% para o Nordeste e de 78,81% e de -26,46% para o Ceará. Já para o sub-período 1990-1994, estes percentuais foram de 84,81% e 56,59% para o Nordeste e Ceará, respectivamente. Permanece, portanto, a tendência de queda da participação relativa do Ceará*.

* Entre os fatores explicativos dessa tendência de queda da participação relativa do Ceará, em particular da área cultivada, está a expansão das áreas cultivadas do Piauí e Rio Grande do Norte. A expansão da área cultivada nestes dois estados, por outro lado, ao contrário de significar uma redução da importância do caju no Ceará, é de fato a expressão do dinamismo do setor, bem como do potencial da agroindústria para o Ceará e a Região Nordeste. Isto porque é a partir do núcleo do Ceará, da sua indústria de beneficiamento e da sua integração vertical - com a produção agrícola através de plantios modernos de cajuais - que se expande a produção naqueles dois estados.

TABELA 1
 ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU NO NORDESTE E NO CEARÁ
 NO PERÍODO 1960-1994

Anos	Nordeste			Ceará		
	Área Colhida(ha)	Quantidade (t)	Rendimento. (kg/ha)	Área Colhida(ha)	Quantidade (t)	Rendimento (kg/ha)
1960	48.694	20.953	430	29.068	10.056	346
1965	63.516	33.372	525	35.665	11.932	335
1970	80.410	39.902	496	45.098	19.468	432
1975	107.497	45.733	425	62.287	27.239	437
1980	183.383	65.714	358	106.815	39.717	372
1985	371.536	113.470	305	216.790	71.018	328
1990	573.794	106.674	186	267.151	52.224	195
1991	624.519	136.129	218	295.719	75.888	257
1992	695.459	107.934	155	324.065	45.160	139
1993(1)	689.579	62.421	91	327.749	22.427	68
1994(1)	688.715	196.747	286	326.995	81.657	250

FONTE: FERNANDES, 1993;(10) SINDICAJU, 1992(16), FEDERAÇÃO; SINDICAJU, 1994(9)

(1) Refere-se apenas aos estados: Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.

TABELA 2
 PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES
 E NO NORDESTE DO BRASIL NO PERÍODO 1982-1992

Estado	Ceará		Piauí		R. G. do Norte		Outros		Nordeste	
	Absoluta (t)	Relativa (%)								
1982	69.186	73,7	10.463	11,1	7.117	7,6	7.096	7,6	93.862	100,0
1983	21.649	61,8	3.172	9,0	3.401	9,7	6.788	19,4	35.010	100,0
1984	86.793	77,0	9.890	8,8	8.319	7,4	7.661	6,8	112.663	100,0
1985	71.018	62,4	27.456	24,1	7.573	6,7	7.828	6,8	113.875	100,0
1986	27.171	33,2	38.902	47,6	7.495	9,2	8.179	10,0	81.747	100,0
1987	50.887	48,9	36.131	34,7	7.676	7,4	9.395	9,0	104.089	100,0
1988	65.516	49,1	24.816	18,6	37.748	28,3	5.239	4,0	133.319	100,0
1989	58.685	40,8	30.117	20,9	47.275	32,8	7.887	5,5	143.964	100,0
1990	52.224	49,0	23.897	22,4	23.246	21,8	7.307	6,8	106.674	100,0
1991	75.888	40,8	42.964	23,1	56.430	30,3	10.656	5,7	185.938	100,0
1992	45.160	41,8	25.507	23,6	26.106	24,2	11.161	10,3	107.934	100,0

FONTE: ARORA, 1994(3).

Com relação à produção de castanha de caju (TABELA 2), dois aspectos merecem ser ressaltados. Primeiro, o aumento da produção, por estado, foi significativamente inferior ao observado em relação à área cultivada. Segundo, o aumento da produção no período 1982-1992 no Piauí, de 143,78%, e Rio Grande do Norte, 266,81%, foi bem superior ao observado no Ceará, de 65,27%. Terceiro, a perda de posição relativa do Ceará também foi maior do que a observada para a área cultivada, variando de 73,7% em 1982 para 41,80% em 1992. Observa-se, portanto, um progressivo avanço na área cultivada e produção do Piauí e Rio Grande do Norte, avanço este significativo por se verificar face a um aumento expressivo da área cultivada e produção do Ceará. Este fato indica que a posição líder do Estado do Ceará, a continuar esta tendência, pode ser brevemente contestada com possíveis implicações para a utilização do seu parque industrial de beneficiamento de castanha de caju.

Para o acréscimo da produção agrícola, em particular a partir da década de 70, foi de grande importância a existência de atrativos dos incentivos fiscais do Governo Federal à cultura do caju e à industrialização da castanha de caju*. Entre estes incentivos destacam-se: o mecanismo 34/18, o Proterra e o Fiset. A expansão da produção agrícola, embora expressiva, registrou-se, segundo alguns autores, sem os devidos cuidados técnicos, com a utilização de simples técnicas agrícolas, sem uma preocupação com uma seleção e produção de sementes de melhor qualidade e produtividade. O plantio ocorreu, no geral, de forma extensiva, com utilização de árvores oriundas de cajueiros nativos de baixa produtividade. Estes fatos são, em grande parte, responsáveis pela discrepância entre os níveis de expansão da área cultivada e os de produção, com óbvios e negativos reflexos na produtividade dos cajuais.

2.2 PRODUTIVIDADE DOS CAJUAIS

A TABELA 3 apresenta os dados referentes às produtividades, por hectare, dos cajuais nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Apresenta, também, os dados referentes à produtividade média indiana e à produtividade do estado de Kerala, na Índia, este o maior produtor indiano e o que apresenta o maior índice de produtividade. Como pode ser observado, é enorme o diferencial de produtividade entre o estado de Kerala e os estados

* A expansão do parque industrial beneficiador de castanha de caju ocorreu sem qualquer planejamento, o que gerou um nível de capacidade industrial instalada bem acima do atual nível de oferta regional de matéria-prima (os autores agradecem aos consultores anônimos por esta observação).

brasileiros. Por exemplo, se tomarmos a média da produtividade indiana e a de Kerala para o período 1988-1992, 565,8 kg/ha para a Índia e 797,8 kg/ha para Kerala, verificamos que a produtividade do Ceará para o mesmo período, 212 kg/ha, é menos da metade da média indiana e um pouco maior que 1/4 (um quarto) da produtividade de Kerala.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DE CASTANHA DE CAJU
NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DO BRASIL
E DA ÍNDIA, NO PERÍODO 1980-1992

Local Ano	Ceará (kg/ha)	Piauí kg/ha)	R.G.do Norte (kg/ha)	Kerala (kg/ha)	Índia (kg/ha)
1980	372	396	259	...	...
1981	429	379	135	...	...
1982	503	368	405	...	...
1983	160	117	151	816	420
1984	398	292	353	830	434
1985	328	347	312	836	452
1986	120	365	201	845	469
1987	220	280	237	863	493
1988	250	205	288	882	518
1989	223	188	269	898	538
1990	195	142	186	914	554
1991	257	223	288	321	572
1992	139	119	204	974	647

FONTE: ARORA, 1994⁽³⁾.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado numérico não disponível

Este quadro não se modifica de forma significativa em relação aos estados do Piauí e Rio Grande do Norte. Mais importante, ainda, é o fato de que este diferencial de produtividade evidencia-se já para o ano de 1983 e que enquanto as produtividades indiana e de Kerala indicam uma tendência de melhoria, as dos estados brasileiros indicam uma tendência oposta. Deve-se ressaltar, também, o impacto adverso das condições climáticas sobre a produção e produtividade regional, em particular no caso do Ceará e Rio

Grande do Norte. Como pode ser observado, em 1993 foi grande a queda na produção e produtividade da Região, reduzindo-se esta última a um nível histórico de apenas 68 kg/ha no Ceará e 78 kg/ha no Rio Grande do Norte. Em 1994, aqueles níveis se elevam para 250 e 433 kg/ha para o Ceará e Rio Grande do Norte, respectivamente.

Outro fator explicativo da baixa produtividade dos cajuais no Nordeste é a sua elevada idade, pois muitos dos cajuais existentes, principalmente no Ceará, foram plantados há mais de vinte anos. Corre-se o risco de, na falta de uma renovação na cajucultura do Estado e da Região, vermos uma atividade tão promissora e adequada às condições climáticas regionais ser gradativamente extinta, por se tornar, com o passar do tempo, uma atividade antieconômica.

2.3 POTENCIAL DE PRODUÇÃO

2.3.1 A questão da produtividade dos cajuais

Área disponível para o cultivo do caju não é um fator limitante no Brasil e no Nordeste brasileiro. Limitante é a falta de uma política sistemática de apoio à cajucultura, com introdução de inovações tecnológicas no setor, utilização de melhores técnicas de plantio e cultivo, produção de melhores espécies, por exemplo, o plantio de mudas enxertadas de cajueiro anão-precoce, etc.

Apenas como um exercício, consideremos a hipótese de uma elevação da produtividade regional ao nível da produtividade média observada para a Índia e Kerala, no período 1988-1992 (TABELA 4). Como pode ser observado, neste simples exercício, haveria ganhos substanciais de produção para a Região e, em particular, para o Ceará. Obviamente, este ganho é bem superior, na hipótese de considerarmos a produtividade média do estado de Kerala. Deve-se também notar que este exercício, principalmente no caso da produtividade média indiana, não é algo muito distante de ser alcançado pelo Nordeste, uma vez que, como mostra a TABELA 3, o Ceará, no biênio 1981-1982, obteve produtividade média de 466 kg/ha e o Piauí uma produtividade de 396 kg/ha, em 1980. Note-se que, se mantida em 1994 a produtividade média observada no biênio 1981-1982, a produção do Ceará seria de 152,4 mil t, produção esta superior à observada em cerca de 87% . Se aplicada para o Nordeste, em 1994, a produção seria de 320,9 mil t, contra uma produção real de 196,7 mil t. Portanto, volumes bem superiores aos observados na realidade.

TABELA 4
 PRODUÇÃO ATUAL E POTENCIAL DE CASTANHA DE CAJU
 NOS PRINCIPAIS ESTADOS DO NORDESTE

Estados	Área	Quantidade (t)			Variação	Percentual
	Cultivada(ha)	Atual	Estimada			
	1994	1994(A)	(B)(1)	(C)(2)		
Ceará	326.995	81.657	185.014	260.877	126,57	219,48
Piauí	245.673	64.791	139.002	195.998	114,54	202,51
R.G. do Norte	116.047	50.299	65.659	92.582	30,54	84,06
Total	688.715	196.747	389.675	549.457	98,06	179,27

FONTE: ARORA, 1994(3)

- (1) Estimativa de produção a partir da produtividade média por hectare na Índia, no período 1980-1992 (565,8 Kg/ha);
- (2) Estimativa de produção a partir da produtividade média por hectare no Estado de Kerala-Índia no período 1980-1992 (797,8 Kg/ha);

A ocorrência de níveis bem mais elevados de produtividade dos cajuais no Nordeste em anos anteriores, bem como sua atual tendência declinante, reforça a hipótese do fator "idade dos cajuais" como elemento importante na explicação do declínio e da baixa produtividade dos cajuais da Região. Por outro lado, a existência de níveis bem superiores de produtividade em países como a Índia indica, também, que, além da idade dos cajuais, fatores como técnicas de cultivo e melhores espécies, dentre outros, são elementos fundamentais para o desempenho produtivo dos cajuais. Urge, portanto, uma política mais agressiva de renovação dos cajuais e de apoio sistemático e integrado à agroindústria do caju.

2.3.2 O Ceará frente ao Nordeste: limites e possibilidades

A capacidade de beneficiamento do Nordeste, sua evolução, bem como nível de capacidade utilizada, são mostrados na TABELA 5.

A primeira observação é que a capacidade instalada no Nordeste evoluiu de 90,0 mil t, em 1972, para 285,7 mil t, em 1987. Em 1993, a capacidade instalada reduz-se em 10,1%, situando-se em 256,7 mil t*. A segunda observação refere-se à elevada concentração da capacidade instalada no Ceará e, neste Estado, em Fortaleza. Este nível de concentração, tanto para o Ceará como para Fortaleza, reduziu-se muito pouco ao longo do período 1972-1993. Vê-se, portanto, que o Ceará e Fortaleza concentram, aproximadamente, cerca de 86% e 43,1%, respectivamente, da capacidade instalada em 1972 e 1993. Em terceiro lugar, o rápido e expressivo crescimento da capacidade instalada no período 1972-1987, fruto da expansão da cajucultura na Região e das políticas de governo de incentivo à agroindústria do caju. Em quarto lugar, a entrada e saída da Paraíba, Pernambuco e Alagoas como estados processadores de castanha de caju e a entrada do Rio

* Embora seja mais difícil obterem-se dados mais confiáveis sobre a capacidade de processamento de castanha de caju, em nível mundial, os dados abaixo (CARNEIRO, 1994)(5) podem ser bons indicadores dessa capacidade.

País	Capacidade Instalada-Mil t (1994)
Índia	450
Brasil	257
Moçambique	147
Tanzânia	113
Quênia	015
Total	982

Grande do Norte e Piauí, com destaque para o primeiro, o qual aumentou sua capacidade de processamento em termos absolutos e relativos. Por último, o constante e elevado nível de subutilização da capacidade instalada, em função da falta de matéria-prima.

TABELA 5
INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DE CAJU
NO NORDESTE: CAPACIDADE INSTALADA E UTILIZADA

Discriminação	Ceará	Fortaleza	R.G.do Norte	Piauí	Outros	Total
1972						
Número de Empresas	16	8	-	-	4	20
(a) Capacidade Instalada(t)	82.600	52.000	-	0	7.400	90.000
(b) Capacidade Utilizada(t)	45.000	41.000	-	0	4.100	49.100
(b)/(a)%	54,5	78,8	-	-	55,4	55
1987						
Número de Empresas	21	11	4	1	-	26
(a) Capacidade Instalada(t)	269.700	136.200	13.000	3.000	0	285.700
(b) Capacidade Utilizada(t)	126.000	70.000	4500	0	0	130.500
(b)/(a)%	46,7	51,4	34,6	0	-	45,7
1992						
Número de Empresas	14	9	3	1	0	18
(a) Capacidade Instalada(t)	220.750	110.750	32.000	4.000	0	256.750
(b) Capacidade Utilizada(t)	145.234	0	25.729	2.191	12	173.166
(b)/(a)%	65,8	0	80,4	54,8	-	67,4
1993						
Número de Empresas	14	9	3	1	0	18
(a) Capacidade Instalada(t)	220.750	0	32.000	4.000	0	256.750
(b) Capacidade Utilizada(t)	121.631	0	19.301	726	0	141.658
(b)/(a)%	55,1	-	60,3	18,2	-	55,2

FONTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.ETENE, 1973(4); PARRENTE, 1990(14); SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX)

NOTA: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo

O nível de subutilização de 46,7% em 1987 e de 55,1% em 1993, no Ceará, corresponde, na prática, a uma capacidade efetiva de processamento de 126,0 mil t e 121,6 mil t, respectivamente, os quais equivalem a aproximadamente 3,5 (três vezes e meia) e 2 (duas vezes) a capacidade instalada de uma unidade de processamento de grande porte, considerando-se incluídas neste grupo as unidades de processamento com capacidade iguais ou superiores a 30.000 t.

O elevado nível de capacidade ociosa e sua constância indicam que uma política de expansão e melhoria do cultivo da cajucultura faz-se necessária, como meio de aumentar a oferta de matéria-prima e melhor utilizar a capacidade instalada. Esta é, no entanto, uma medida de médio prazo. No curto prazo, uma alternativa será a importação de castanha de caju, experiência já realizada com êxito, em 1994, quando foram importadas da Nigéria 4 mil t de castanha *in natura*. Esta experiência deve ser considerada como uma alternativa permanente para os industriais do Nordeste e, em particular, do Ceará. Ela, além de possibilitar um melhor aproveitamento do parque produtivo instalado, corresponde a uma estratégia válida de maior e estável relação de comércio com outros países produtores, assegurando, assim, não só o aproveitamento da capacidade instalada como até sua possível ampliação. Esta última possibilidade não deve ser descartada, pois constitui um importante elemento de estratégia competitiva no mercado mundial de castanha de caju porquanto corresponde, de fato, a uma criação de barreiras à entrada de outros produtores, face aos investimentos e *know-how* necessários aos novos entrantes.

Esta postura - maior importação de castanha *in natura* - é, portanto, importante para o fortalecimento da posição competitiva do Nordeste frente a outros países exportadores de Amêndoas de Castanha de Caju (ACC). Importante, também, é o fato de que a entrada do Ceará e Nordeste como importadores de matéria-prima no mercado internacional de castanha de caju *in natura* representará o estabelecimento de uma alternativa de mercado à produção de outros países asiáticos e africanos, hoje totalmente dependentes das compras indianas, comportando-se este país como um monopólio no mercado mundial de matéria-prima.

A alternativa de novos mercados para os países produtores e o aumento da demanda por seu produto, face a uma oferta praticamente rígida no curto prazo, implicarão uma elevação de preços da matéria-prima. Esta elevação de custo da matéria-prima no mercado mundial, a princípio, pode parecer um resultado adverso à indústria cearense e nordestina. Na realidade não o é.

Por último, note-se o fato não menos importante de que o Ceará, embora detentor, desde a década dos 70, de parte substancial da capacidade instalada regional - cerca de 90% -, vem tendo reduzida sua participação relativa na produção de castanha *in natura* da Região desde os meados da década dos 80. Esta tendência acentuou-se, a partir de 1990, uma vez que a sua participação relativa vem, desde então, situando-se em níveis inferiores a 42%. Se, por outro lado, considerarmos o nível de produção do Ceará em 1994, por exemplo, de 81,5 mil t, veremos que este nível corresponde a apenas 37,4% da capacidade de processamento instalada no Estado. Estes fatos caracterizam a necessidade que o Estado tem de importar matéria-prima de outros estados e mesmo de outros países, pois, como já ressaltado, a produção regional naquele ano e em qualquer ano anterior sempre esteve bem abaixo da sua capacidade de beneficiamento. É, portanto, recomendável que os beneficiadores cearenses procurem de forma permanente diversificar suas fontes de matéria-prima.

3 UMA VISÃO DO SETOR EM NÍVEL MUNDIAL

A produção de castanha de caju se distribui pelos continentes africano e asiático e pela América Latina. No primeiro se destacam Moçambique, Tanzânia e Quênia; no segundo, a Índia, o maior produtor mundial tanto em termos de área cultivada como de produção. Estes países, no período 1989-1991, representavam, em termos médios, cerca de 40,59% da produção mundial de castanha de caju *in natura*. Neste período, em média, a produção mundial de castanha de caju *in natura* foi de 471,3 mil t, sendo esta produção distribuída entre os continentes africano, 24,36%, asiático, 48,70%, e América Latina, 26,95%, dos quais 86,6% se concentram no Brasil (TABELA 6).

Este quadro se modifica em termos absolutos e relativos, quando comparamos a produção mundial de castanha de caju destinada à industrialização. Neste caso, a produção mundial se reduz para 322,6 mil t, em 1990, sendo esta produção distribuída em cerca de 43,4% na Índia, 33,40% no Brasil e 13,8% em Moçambique, Tanzânia e Quênia. A diferença entre castanha *in natura* e a destinada à industrialização se deve à existência do autoconsumo da castanha, sendo este autoconsumo bastante elevado no caso da Índia, situando-se, em média, em 48,2% para o período 1982-1990. (ALMEIDA; SOARES, 1994)(1)

A Índia é tradicionalmente um país importador de matéria-prima. Sua produção interna, além de ser inferior à sua capacidade instalada, destina-se, em grande parte, ao autoconsumo. Sua capacidade de beneficiamento é, segun-

do algumas estimativas, de 450 mil t (ver nota). Sua produção destinada à industrialização é, no entanto, de 140 mil t, o que corresponde a um déficit de 310 mil t, quantidade esta superior à produção e à capacidade instalada do Nordeste. É grande, portanto, a dependência da Índia do mercado exportador de matéria-prima, este basicamente concentrado na África e na Ásia.

Dados recentes sobre as importações da Índia (TABELA 6) indicam que as importações indianas são bem mais expressivas que o indicado anteriormente, sendo de 106,1 mil t em 1991-1992 e de 134,9 mil t em 1992-1993. Mantida a produção doméstica para industrialização, teríamos níveis de beneficiamento de 246,1 mil t em 1991-1992 e de 274,9 mil t em 1992-1993, níveis bem superiores aos de 1990, 206,6 mil t.

TABELA 6
IMPORTAÇÃO DE CASTANHA DE CAJU *IN NATURA* PELA ÍNDIA
NOS PERÍODOS 1991-1992 E 1992-1993
Em toneladas

Países	1991-1992	1992-1993
Austrália	25	0
Benin	2.443	3.581
Brasil	0	3.895
El Salvador	280	0
Guiné	700	3.733
Guiné Bissau	16.924	5.500
Guatemala	316	251
Honduras	43	290
Indonésia	12.972	11.540
Costa do Marfim	7.552	8.791
Moçambique	1.384	13.973
República da Malásia	1.576	266
Nigéria	5.170	12.509
Filipinas	1.376	286
Portugal	0	238
Senegal	995	1.132
Singapura	3.992	255
Togo	287	942
Tanzânia	21.051	27.728
Tailândia	201	195
Vietnam	28.641	39.880
Venezuela	102	0
Outros	50	0
Total	106.080	134.985

FONTE: CASHEW BULLETIN, 1994, p.43(6).

NOTA: Sinal convencional utilizado:

O dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

Outra informação relevante refere-se às fontes de matéria-prima e aos volumes exportados pelos diversos países produtores. Em primeiro lugar, são muito diversificadas as fontes de matéria prima - mais de 22 (vinte e dois) países distribuídos por vários continentes. Em segundo lugar, a importância relativa e absoluta dos países Guiné Bissau, Costa do Marfim, Moçambique, Nigéria, Tanzânia, todos na África, e de países asiáticos, como Indonésia, Vietnã e Singapura. A diversidade das fontes e o volume importado indicam claramente que a Índia possui uma política de importação consistente e sistemática, visando não só reduzir riscos como também familiarizar-se com as condições e particularidades do mercado internacional de castanha de caju *in natura*.

Outro aspecto a ser observado é a execução pela Índia de uma política de comércio visando ao domínio do comércio de castanha de caju e de ACC, praticamente ditando os preços em relação à matéria-prima e influenciando de maneira expressiva os preços de ACC no mercado internacional. Como grande e praticamente único importador de matéria-prima e maior exportador mundial de ACC, a Índia vem, de certo modo, conseguindo realizar aqueles dois objetivos. Em consequência, fica o Brasil, na realidade o Nordeste e Ceará, dependente e sujeito à ação e dinâmica dos produtores indianos, não raro com reflexos negativos para a indústria regional. Face a estas constatações, fica claro que, pelo menos no curto prazo, é com a Índia que o Nordeste e o Ceará, em particular, irão disputar não só matéria-prima como mercado para ACC no mercado internacional.

A entrada do Brasil no mercado externo de castanha de caju *in natura*, por outro lado, tem um efeito estratégico muito importante sobre a competitividade internacional da Índia e Brasil com relação ao mercado de ACC. Entrando o Brasil como importador dessa matéria-prima, altera-se o equilíbrio existente entre oferta e demanda, provocando uma alta de preços, tanto da matéria-prima como da ACC, no mercado mundial. Se, aparentemente, este resultado é negativo para todos, de fato esse movimento é favorável ao Brasil e desfavorável à Índia, como será argumentado com maior detalhe posteriormente.

A diversidade dos países produtores e exportadores, em particular aqueles localizados na África, oferece ao Ceará melhores oportunidades de competir por fontes alternativas de matéria-prima. Para isto, torna-se necessário que seja estabelecido um plano de curto e médio prazos de importação, compatibilizado com a produção interna, e que assegure aos países parceiros regularidade de demanda de tal forma que uma certa parceria possa ser estabelecida, parceria esta fundamental para assegurar uma estabilidade na oferta de matéria-prima.

Existe um potencial de expansão de demanda por ACC em nível mundial e o aumento ou mesmo a manutenção da participação relativa de um país exportador irá depender, essencialmente, da sua capacidade de produzir castanha de caju e da capacidade industrial de processar esta matéria-prima. Coloca-se, então, para o Nordeste do Brasil e, em particular, para o Ceará, a necessidade de aumentar a sua oferta de ACC, não só para manter como para aumentar a sua participação no mercado mundial.

Vale, ainda, observar que o potencial de demanda por ACC não se restringe apenas ao mercado externo. O mercado interno, em particular da Região Sul e Sudeste, pode tornar-se um importante mercado consumidor.

O MERCOSUL, por outro lado, poderá também constituir um importante pólo de consumo de ACC nos próximos anos, face à sua população e nível de renda *per capita*, em particular da Argentina e Sul do Brasil. A futura integração do Chile ao Mercosul é, também, um dado a ser considerado.

Finalmente, deve-se, também, considerar a nova realidade da economia mundial, sua tendência à globalização, formação de poderosos blocos econômicos, bem como as novas regras de comércio internacional decorrentes da Rodada do Uruguai, a entrarem em vigor em 1995. Neste amplo contexto deve ser ressaltada a crescente abertura da economia brasileira, a liberalização do comércio exterior do Brasil e a busca de sua progressiva inserção competitiva no mercado mundial. Todas estas condicionantes apontam, justificam e mesmo exigem uma postura mais agressiva dos produtores regionais e especialmente do Ceará no mercado mundial de castanha de caju e de ACC.

4 ESTRATÉGIA COMPETITIVA

Questionamos anteriormente a necessidade e oportunidade de uma maior e mais agressiva inserção do Nordeste do Brasil no mercado internacional de castanha de caju. Argumentamos, também, que, apesar de provocar uma elevação do preço da matéria-prima, esta entrada no mercado internacional será benéfica ao Brasil, em termos relativos, aumentando a sua competitividade naquele mercado e reduzindo a da Índia, nosso grande competidor. Para sustentar estes argumentos, dois aspectos que diferenciam a agroindústria do Nordeste do Brasil e da Índia são a seguir abordados.

Como mostrado na TABELA 5, o nível de utilização média da capacidade instalada no Nordeste ao longo do período 1972-1993, é relativamente baixo e muito relacionado à produção interna de castanha de caju. Como sabemos, embora a área cultivada tenha aumentado significativamente ao longo do tempo, sobretudo no período 1985-1993 (TABELA 1), o mesmo não tem ocorrido com a produção. Esta, além de registrar uma expansão bem menor, devido principalmente à baixa produtividade dos cajuais, apresenta irregularidade, face ao fenômeno da seca que ciclicamente atinge a Região, em particular o Ceará. A baixa oferta de matéria-prima e sua irregularidade têm provocado danos econômicos e financeiros expressivos ao setor beneficiador de castanha e, portanto, à economia do Ceará, visto este estado concentrar cerca de 90% da capacidade de beneficiamento da Região. Tais prejuízos se expressam em subutilização da capacidade, fechamento de fábricas, desemprego, redução de renda, menor arrecadação fiscal, etc. Este é um lado bem visível da questão. Outro lado, menos aparente mas tão importante quanto os efeitos anteriores, é o lento processo de desmantelamento do parque industrial, a falta de incentivo e motivação aos empresários, a formação de um ambiente e, possivelmente, de uma mentalidade onde predomine a conformação com os eventos adversos. Vale, ainda, ressaltar que os efeitos negativos de todo este processo, lento mas que tende a se acelerar com o passar do tempo, não se fazem sentir somente sobre o parque industrial, mas também sobre toda a cadeia produtiva da agroindústria do caju, com impactos econômicos e sociais os mais negativos para a economia regional.

Uma indicação clara sobre este estado de espírito e ambiente é o fato de que, à exceção das importações realizadas no período 1973-1975 - mesmo diante das circunstâncias as mais adversas em termos de escassez de matéria-prima - as empresas não tenham entrado no mercado internacional de castanha de caju *in natura**. A entrada do Ceará neste mercado, em 1994, com uma importação de 4 mil toneladas, representa um volume muito pequeno seja em termos do nível existente de capacidade utilizada, seja em termos do volume de importação da Índia, cerca de 135 mil t na safra 92-93. No entanto, indica uma mudança de rumo que deve ser estimulada e incentivada.

Também como já observado, a Índia é o maior produtor e exportador de ACC, confrontando-se com o Brasil em todas as fases da cadeia produtiva e de comercialização. Portanto, é com relação à Índia, pelo menos no médio

* Agradecemos aos consultores anônimos por nos terem informado a ocorrência de importações no período 1973-1975.

prazo, que a análise competitiva tem que ser dirigida. Esta análise preliminar, de início, centrar-se-á em uma visão geral da estrutura de custo do setor nos dois países. Em outro nível, abordaremos os impactos da entrada do Brasil no mercado de matéria-prima sobre os preços da castanha, da ACC e do LCC no mercado internacional, portanto da competitividade do Brasil.

Consideremos, em primeiro lugar, a questão da capacidade instalada. Anteriormente, esta capacidade foi estimada em 450 mil e 256,7 mil t/ano para a Índia e o Brasil, respectivamente. Para o Brasil, mostramos que o índice de subutilização da capacidade instalada, além de ser uma constante, é relativamente alto, com reflexos negativos sobre a rentabilidade do setor e custos da ACC. A importância deste fato, em termos de competitividade, centra-se basicamente em dois pontos. Primeiro, capacidade subutilizada elevada significa custos médios totais mais altos face à existência de custos fixos. Segundo, ela inibe a ampliação e modernização das indústrias, provocando com isto dois efeitos: ergue barreiras à entrada de empresas no setor e reduz possíveis ganhos de produtividade e qualidade.

Na Índia, por outro lado, o índice de subutilização, se existente, é muito baixo. A principal razão para isto é que a capacidade de processamento utiliza basicamente métodos tradicionais e manuais de produção, bem como um elevado grau de desintegração das fases do processo produtivo. Esta desintegração, modelo simples de terceirização, consiste em repassar para unidades familiares em comunidades rurais de baixa renda, fases do processo produtivo onde o local de trabalho ou são galpões simples ou as próprias residências dos trabalhadores. Há, portanto, um nível muito baixo de utilização de capital fixo e como contrapartida uma utilização intensiva de mão-de-obra.

Esta característica do parque processador indiano, na realidade, não permite qualquer grau de precisão na estimativa da capacidade instalada na Índia, uma vez que ela se amplia e se reduz com certa facilidade em função da disponibilidade da matéria-prima. Seria, para utilizar linguagem atual, uma linha de produção flexível em contraposição ao parque brasileiro onde esta linha é "dedicada". Flexível porque os recursos, fatores de produção capital e trabalho, na essência, podem ser realocados para outras atividades em função da redução da oferta da matéria-prima. Assim, se por um lado a capacidade instalada pode ser estimada em 400 ou 600 mil t/ano, o nível de utilização da capacidade pode ser estimado em 100 ou próximo de 100%. Logo, aqui reside um dos pontos importantes para a relação competitiva entre Brasil e Índia, em função dos seus efeitos sobre os custos médios de produção.

Adicionalmente, a questão sobre a capacidade utilizada, e como efeito desta, está a estrutura de custo de processamento da matéria-prima entre os dois países. Algumas estimativas consideram que na Índia o custo de processamento (exclusive custo da matéria-prima e custos indiretos como administração, *marketing*, vendas, etc.) se situa por volta de US\$ 10,00 a US\$12,00 por caixa processada (CARNEIRO, 1994, p.16)⁽⁵⁾. Autores indianos estimam este custo em 124,22 rúpias (cerca de US\$ 3,94) por caixa de ACC, no estado de Andhra Pradesh, para a safra 90-91 (SRINIVAS; RAJU; SHAREEL, 1993)⁽¹⁷⁾. Outros autores, por outro lado, estimam este custo em 179,25 e 285,53 rúpias por caixa, em Kerala, para os setores privado e público, respectivamente. Considerando apenas a média simples entre estes dois setores, o custo médio, por caixa, será de 232,4 rúpias, ou seja, cerca de US\$ 7,37 para a safra 87-88. Se considerarmos apenas o custo mais elevado, o do setor público, o custo por caixa se situa em US\$ 9,06, portanto bastante próximo da estimativa de CARNEIRO (1994)⁽⁵⁾ (DEYANANDAN; SARNGADHARAN, 1993)⁽⁷⁾.

Mão-de-obra abundante e barata bem como o sistema de produção utilizado são os responsáveis por estes custos, uma vez que o custo da mão-de-obra corresponde a cerca de 68,0% do custo de processamento para o período 1987-1988, no estudo de DEYANANDAN; SARNGADHARAN (1993)⁽⁷⁾ e a cerca de 59,13% no estudo de SRINIVAS; RAJU; SHAREEL (1993)⁽¹⁷⁾. É, portanto, elevada a participação da mão-de-obra, mesmo barata, no custo de processamento da castanha de caju, indicando, por este lado, o grau de intensividade de mão-de-obra dessa indústria.

No Brasil, segundo algumas avaliações preliminares, o custo da mão-de-obra corresponde a, aproximadamente, 52,12% do custo de processamento, variando este custo entre US\$ 20,05 e US\$23,00 por caixa processada. Como se observa, existe uma diferença nos custos de processamento e na participação relativa da mão-de-obra nos mesmos, entre Índia e Brasil. Aqui, outro ponto ou fato importante em termos de competitividade.

Este diferencial nos custos, no entanto, não se restringe apenas aos custos de mão-de-obra e processamento. Ele se estende aos custos totais (exclusive matéria-prima). Estes custos, enquanto na média para os setores privado e público em Kerala se situam em cerca de US\$11,45 para a safra 87-88, segundo DEYANANDAN; SARNGADHARAN (1993)⁽⁷⁾, no Brasil eles se situam na faixa de US\$ 31,05 e US\$ 35,00.

Ainda segundo estes autores, os custos médios da matéria-prima para aquela safra estavam em torno de US\$39,00 por 80 kg de castanha *in natura* (dos quais se estima uma produção de uma caixa de 22 kg de ACC). Tendo-se em conta que os custos totais (inclusive matéria-prima), por caixa, é estimado em US\$50,65, segue-se que a matéria-prima representa cerca de 77% dos custos totais. No Brasil, esta proporção se situa em torno de 55,0% (US\$ 500,00/t matéria-prima), em média. Portanto, como era de se esperar, os custos da matéria-prima, em termos relativos, são mais elevados na Índia do que no Brasil. Este é outro ponto relevante para a competitividade brasileira no mercado internacional.

Custo de mão-de-obra mais baixo e maior peso da matéria-prima na composição de custos na Índia em comparação ao Brasil são, portanto, elementos para a análise da competitividade brasileira no mercado mundial. Central a este argumento é o fato de que a margem competitiva da Índia, exclusive custos menores de operação de porto e incentivos de governo, se situa no baixo custo de mão-de-obra. Por outro lado, o preço da matéria-prima representa o elemento negativo potencial para a competitividade indiana. Considerando, para efeito de análise, que os custos de mão-de-obra permanecerão próximos aos níveis atuais, isto significa que, quanto maior o preço da matéria-prima, ou seja, quanto maior a sua participação na composição de custos menor será a vantagem competitiva da Índia e maior a do Brasil. Deste modo, a proposta de entrada firme e sistemática do Brasil como importador de matéria-prima levará a um aumento, como já argumentado anteriormente, do seu preço, retirando da Índia a margem que até agora vem tendo de jogar com os preços da ACC no mercado mundial. Por conseguinte, com custos de produção mais elevados, não devido a fatores conjunturais mas à mudança permanente, estrutural, na composição da demanda por matéria-prima, esta margem de manobra fica, senão extinta, pelo menos muito reduzida, face à elevação dos custos de produção, custos estes, quase incompressíveis, devido aos já reduzidos gastos com mão-de-obra e às características estruturais e tecnológicas do parque processador indiano.

Para o Brasil, isto se apresenta, como uma oportunidade e, mesmo, maior vantagem competitiva. Primeiro porque, além de reduzir o papel e campo de manobra da Índia em relação à fixação dos preços da ACC, elevará estes preços, o que possibilita ao Brasil pagar preços mais elevados pela matéria-prima, tanto de origem doméstica como externa. Este é um grande ganho para a economia do Estado e da Região porque representa melhor remuneração ao produtor rural, logo maior estímulo ao aumento da produ-

vidade e área cultivada. Segundo porque, dada a maior participação da mão-de-obra nos custos totais de produção, a elevação nos custos da matéria-prima afetará os custos totais em menor proporção do que o observado na Índia. Terceiro porque, ao contrário do que ocorre na Índia, como já argumentamos, existe no Brasil um índice elevado de subutilização da capacidade instalada.

Um aumento de produção, via importação de matéria-prima, irá possibilitar melhor utilização da capacidade instalada e, em alguns casos, reentrada na produção de algumas unidades processadoras que se encontram paralisadas por falta de matéria-prima. No primeiro caso, o benefício imediato é o ganho de escala de produção, ou seja, de economias de escala. Estas ocorrem com muito mais intensidade no Brasil, dadas as características das unidades industriais, as quais, com graus variados, apresentam elevados investimentos em capital e uma estrutura administrativa e gerencial de razoável custo. Assim, maior nível de utilização de capacidade representa reduções dos custos médios de produção. Estes ganhos de escala, em nível geral, inexistem na Índia. No segundo caso, representam a eliminação de desperdício de um fator extremamente escasso: capital. Em ambos os casos existe aumento de emprego e renda.

Como argumentamos, essa estratégia precisa ser modificada, não só em razão da irregularidade e insuficiência da oferta regional de matéria-prima mas, principalmente, como uma nova postura do setor beneficiador de castanha no mercado mundial. Deve-se neste ponto ressaltar que a importação de castanha de caju é, na sua essência, complementar e não substitutiva à produção nacional e, mais ainda, que face aos diferenciais de custo entre a matéria-prima importada e a regional, esta última deverá sempre ter uma maior participação no processamento total de castanha de caju. Como consequência, postula-se que não se deve considerar a importação de castanha como uma ameaça à produção e aos produtores regionais mas sim como algo positivo e benéfico. Primeiro, há, como argumentado, o aspecto da concorrência no mercado internacional de matéria-prima e o provável aumento do seu preço naquele mercado e no mercado nacional. Segundo, a exposição dos beneficiadores ao mercado internacional de matéria-prima indiretamente expõe também os produtores rurais à concorrência, com prováveis efeitos positivos, como busca de maior eficiência e qualidade no plantio e cultivo dos cajuais.

Considerando, ainda, a questão relativa ao aspecto complementar da importação da castanha de caju, a qual se centra nos países africanos (África Ocidental e África Oriental), deve-se mencionar que o período de safra nestes dois conjuntos de países difere do observado para o Nordeste e o Ceará. Enquanto no Ceará a safra ocorre nos meses de outubro-dezembro, na África Ocidental ela se verifica nos meses de janeiro/fevereiro e na África Oriental nos meses de fevereiro/março. Nota-se, portanto, que nossos possíveis supridores de castanha de caju *in natura*, apresentam um período de safra que é, em termos de tempo, seqüencial à safra cearense. Este fato mostra com clareza que: primeiro, necessariamente, a importação de matéria-prima será complementar à safra cearense e regional; segundo, esta seqüência é imediata, possibilitando assim uma continuidade no suprimento de matéria-prima o que, na prática, representa uma maior regularidade de oferta. Esta regularidade, por sua vez, possibilita manter níveis de utilização da capacidade regulares durante todo o ano, reduzindo custos financeiros das empresas devido à redução dos níveis de estoque de matéria-prima.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de analisar a importância da indústria de beneficiamento de castanha de caju para o Nordeste brasileiro, especialmente a economia cearense, bem como levantar alguns pontos relevantes para torná-la competitiva no mercado internacional.

A agroindústria do caju do Brasil se concentra no Nordeste e, nesta Região, no estado do Ceará. A cajucultura está distribuída, essencialmente, entre os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, sendo o Ceará o principal produtor da castanha de caju, com quase 50% da produção regional. A indústria de beneficiamento da castanha, por outro lado, está concentrada no Ceará, o qual detém em torno de 90% da capacidade instalada da Região Nordeste.

Por conta disso, o Ceará é o principal produtor de Amêndoa de Castanha de Caju (ACC), sendo, por isso mesmo, o principal exportador deste produto. Como a ACC é um produto tipicamente voltado para o mercado internacional, a pauta de exportações cearenses tem na ACC sua principal fonte de receita cambial. Ademais, como a cajucultura emprega muita mão-de-obra e é elevada a proporção do valor da produção da castanha do caju no valor de produção dos produtos do setor primário, este produto tem uma enorme contribuição para o emprego no campo e uma alta participação na geração da receita de ICMS do setor primário do Estado.

Embora pouco explorado neste trabalho, deve-se ressaltar que a indústria de beneficiamento de castanha de caju apresenta um certo grau de diversificação que tende a aumentar, na medida em que o mercado exigir, pois, do ponto de vista tecnológico, não há restrições importantes. Esta indústria produz, além da ACC, o Líquido de Castanha de Caju (LCC), produto que poderá ter novas utilizações e recuperar seu tradicional posto de gerador de receita do setor. Sucos, doces e refrigerantes são outros produtos em franca expansão no mercado interno e representam mais uma opção para algumas empresas locais.

O que distingue a agroindústria do caju das demais indústrias no Ceará é que ela participa ativamente do mercado internacional desde o seu nascimento, enfrentando, pois, a concorrência com outros países, especialmente a Índia, maior exportador de ACC do mundo. Nesse sentido, a realidade desta indústria deve ser encarada como um novo desafio para fazer face à concorrência dentro das novas condições da economia nacional e internacional.

O mercado de castanha de caju está concentrado, de um lado, na Índia, como o grande e praticamente único importador, e, do outro, nos países africanos (Moçambique, Tanzânia e Quênia, por exemplo) e alguns países asiáticos (Vietnam, Tailândia, Indonésia, por exemplo) como fornecedores ou ofertantes deste produto. Veja-se que tais países são pobres ou de desenvolvimento recente.

Em termos de mercado internacional, a ACC é um produto demandado por países de renda elevada, destacando-se os Estados Unidos, responsáveis por mais da metade da demanda mundial, seguido de países como Holanda, Alemanha, Inglaterra, Canadá, dentre outros.

A conclusão óbvia é de que a matriz do comércio internacional no interior da indústria de caju ocorre entre três blocos de países:

- a) países (em desenvolvimento) produtores de castanha de caju, beneficiadores e exportadores de ACC: Índia e Brasil;
- b) países (de baixa renda *per capita*) produtores e exportadores de castanha de caju *in natura*: países africanos e asiáticos;
- c) países (de elevada renda *per capita*) consumidores de ACC: Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, por exemplo.

O Ceará tem condições de ser mais agressivo neste mercado, desde que se superem algumas condicionantes ligadas a problemas internos e externos. Internamente, deve-se melhorar a produtividade dos cajuais e expandir a área de plantio, com a finalidade de aumentar a oferta de matéria-prima doméstica e, simultaneamente, melhorar a sua qualidade. É bom frisar que a produtividade nordestina situa-se num patamar muito aquém da indiana, sendo, por isso, uma questão a ser resolvida. Como isso não dá resultados no curto prazo e a oferta local (aproximadamente 130.000 t de castanha de caju em 1994) atual está bem abaixo da capacidade industrial instalada no estado, algo em torno de 260.000 t/ano, a saída é entrar no mercado internacional de matéria-prima. O Nordeste e o Ceará, em particular, contam com a vantagem de possuir condições de expandir suas áreas de produção, fator extremamente limitado na Índia.

A entrada do Ceará no mercado internacional tem uma dimensão estratégica para a indústria local porque permite aumentar o grau de utilização da capacidade com redução nos custos médios de produção, tendo em vista a existência de economias de escala no setor.

Outro dado interessante a ser ressaltado é que a estrutura da indústria cearense é totalmente distinta da indiana e, certamente, será favorecida com a compra de matéria-prima aos países africanos, grandes ofertantes para a Índia (monopsonista neste mercado). Isto se explica porque a estrutura industrial da Índia é formada por um número muito grande de empresas familiares que utilizam tecnologias tradicionais de baixo custo de mão-de-obra e elevada participação do custo da matéria-prima na formação do preço da ACC. Ademais, a capacidade de produção é inteiramente flexível, enquanto que a do Brasil (leia-se Ceará) é formada por empresas de portes pequeno, médio e grande, que utilizam tecnologias mais modernas com processos de corte mecânicos e de seleção automática das amêndoas, tendo a matéria-prima uma participação relativa menor na formação do preço da ACC.

O mercado internacional de ACC tende a crescer com o aumento da renda *per capita* dos países emergentes e com o crescimento da indústria de confeitaria e similares. Assim, o Ceará, como tem subutilização da sua capacidade industrial instalada, poderá aumentar a oferta de ACC para estes países, desde que haja matéria-prima. Isto é possível via importação de castanha de caju. Este aumento de produção terá duas conseqüências importantes: aumento no nível de emprego e incremento da receita cambial.

Em síntese, a existência, no Ceará, de um elevado índice de subutilização de capacidade instalada, portanto um potencial expressivo para aumento de produção e exportação de ACC, pode aumentar a participação do

Estado, o mais rapidamente possível, no mercado internacional de ACC, o qual, como observado, mostra potencial de expansão no curto prazo. Isto reforça a estratégia competitiva de antecipar-se aos possíveis novos competidores no mercado internacional de ACC como, por exemplo, alguns países africanos. A existência de grande capacidade instalada e subutilizada no Ceará constitui, portanto, uma vantagem estratégica para a Região e o País em termos de mercado mundial de ACC.

A entrada firme do Ceará no mercado internacional de castanha de caju *in natura* deve-se constituir, não em um simples ato de reação a um dado conjuntural e estrutural de escassez regional de matéria-prima, forma contingencial de aproveitamento da capacidade instalada, mas sim como forma estratégica consciente e planejada de um papel no mercado mundial de ACC.

Torna-se premente, portanto, o início de uma política de importações de matéria-prima, acoplada a um estímulo e incentivo ao aumento da oferta interna, seja via expansão da área cultivada, seja via aumento de produtividade dos cajuais. A estes movimentos deve-se, também, acrescentar um plano de reavaliação de toda a agroindústria do caju da Região, incluindo-se a modernização do parque industrial, visando a obtenção de melhores índices de produtividade e qualidade. Esta é uma direção importante a se tomar, uma vez que nosso grande concorrente, a Índia, é o maior produtor e exportador mundial.

Abstract:The Cashew Nut Agroindustry was established in the Northeast of Brazil, more specifically in Ceará, in the beginning of the fiscal incentives system for the region. This industry has been nurtured in the international competitive environment from its start. Recently, it has been facing new challenges given the new competitive conditions in the international market. Therefore, it needs to change its competitive strategy. This paper provides an analysis of the main features of the competitive conditions of the Northeast Agroindustry at world level; it also attempts to suggest a new competitive strategy that would allow the sustainability of the industry through productivity improvement and reduction of high level of idle production capacity. At the moment, it is at a high level of underutilization. The kernel of the proposed strategy, the paper concludes, is centered in the Northeast's entry in the international market of Cashew Nut Kernel(CNK) *in natura*, as buyer, thus changing India's, our main competitor, monopsonistic position, and, as a result, inducing changes in the cost structure of India production.

Key Words: Cashew Nut; Cashew Nut Kernel; International Market; Industrial Competition; Ceará; Brasil-Northeastern Region.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Manoel B; SOARES, Francisco de A. *A indústria de castanha de caju: situação atual e perspectiva*. Fortaleza: SINDICAJU, 1994. Mimeografado.
2. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ. Fortaleza: IPLANCE, 1993.
3. ARORA, Subhashni. *Estudo comparativo entre os principais produtores de castanha de caju: Índia e Brasil*. Fortaleza, 1994. Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia da UFC.
4. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. *Agroindústria do caju no Nordeste: situação atual e perspectivas*. Fortaleza, 1973.
5. CARNEIRO, Antonio L. *Estágio atual da indústria de castanha de caju no Nordeste brasileiro*. Fortaleza, 1994. 43p. Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia da UFC.
6. CASHEW BULLETIN, Jan./Feb., 1994.
7. DEYANANDAN, M. N.; SARNGADHARAN M. Comparative analysis of cost structure of cashew processing industry in private and public sectors in Kerala. *Cashew Bulletin*, v.30, Feb.-Mar. 1993.
8. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. *Considerações sobre o desenvolvimento e a crise da agroindústria do caju no Nordeste*. Fortaleza, 1994. Mimeografado.
9. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ; SINDICAJU. *A competitividade da cadeia agroindustrial do caju*. Fortaleza, 1994. Workshop.
10. FERNANDES, Samara C. *Uma avaliação das agroindústrias do Nordeste: o caso da cajucultura*. Fortaleza, 1993. Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia da UFC.
11. FRANÇA, F. Mavignier C.; CARVALHOL, Eveline B. S. *Análise da competitividade internacional do sistema agroindustrial do caju brasileiro*. Fortaleza, 1994. Mimeografado.
12. NOMISMA. *The World Cashew Economy*. Bologna, 1994.
13. NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL. *LCC como combustível em motores diesel*. Fortaleza, 1994. (Relatório Técnico, 1).
14. PARENTE, W. C. *Estrutura do comércio internacional da amêndoa da castanha de caju (ACC) no Brasil*. Fortaleza, 1990. Dissertação de Mestrado, (Economia Agrícola) Universidade Federal do Ceará.

15. PIMENTEL, C. R. M. *Castanha de caju, produção e consumo internacional*. Fortaleza: EMBRAPA/CNPCa, 1992.
16. SINDICAJU. *Castanha de caju: uma vocação exportadora do Ceará; observação e reflexões para debate*. Fortaleza, 1992. Mimeografado.
17. SRINIVAS, T. ; RAJU, V. T.; SHAREEL S. M. Economics of processing of cashewnut. *Cashew Bulletin*, Jan.1993.

Recebido para publicação em 24.11.95